



CÓD: OP-182ST-23
7908403543052

PM – PA

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

450 questões gabaritadas
GABARITANDO- Soldado

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática.....	31
3. Raciocínio Lógico	39
4. Noções de Direito Constitucional.....	49
5. Noções de Direito Administrativo	59
6. Noções de Direito Penal	69
7. Noções de Direito Processual Penal.....	81
8. Noções de Direito Penal Militar	93
9. Noções de Direito Processual Penal Militar	101
10. Legislação Penal Extravagante	109
11. Noções de Direitos Humanos.....	121

LÍNGUA PORTUGUESA

1. CEBRASPE (CESPE) - PROF (JOINVILLE)/PREF JOINVILLE/LÍNGUA PORTUGUESA/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

Texto 10A2-I

Vivemos um período cultural de hipercomplexidade midiática. Para compreender esse período, é importante situar o atual sistema cultural em seu processo histórico, principalmente porque os sistemas culturais interagem entre si, um novo sistema cultural não desloca o que veio antes, mas agrega uma nova camada.

Apesar da interação entre sistemas culturais, cada período fica sob o domínio da técnica ou da tecnologia de comunicação mais recente. No atual período de hipercomplexidade midiática, seis tipos de lógicas culturais, historicamente sequenciais e distintas, mesclam-se e interconectam-se de modo indissolúvel. Essas seis lógicas são: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cibercultura.

O critério definidor dos seis ciclos culturais é a gradativa introdução de novos meios de produção, armazenamento, transmissão e recepção de signos no seio da vida social. O específico das novas mídias da cibercultura é a possibilidade de agregar todas as outras em si. É a atual convergência das mídias no mundo ciber, na coexistência com a cultura das mídias e com a cultura das massas, juntamente com as culturas precedentes, a oral, a escrita e a impressa, todas ainda vivas e ativas, que tem sido responsável pelo nível de exacerbação que a densa rede de produção e circulação de bens simbólicos atingiu nos nossos dias. Essa é uma das marcas registradas da cultura digital.

Mariana Batista de Lima; Paula Bacarat de Grande.

Diferentes formas de ser mulher na hipermídia. In: Adolfo Tanzi Neto et. al.; org: Roxane Rojo. Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs.

1. ed. São Paulo: Parábola, 2013 (com adaptações).

Considerando-se o texto 10A2-I, é **correto** afirmar que, no contexto em que aparece, a palavra “novas” (segundo período do terceiro parágrafo) é, do ponto de vista morfosintático, um

- (A) adjetivo.
- (B) substantivo.
- (C) advérbio.
- (D) conjunção.
- (E) verbo.

2. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/“SEM ESPECIALIDADE”/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e Emprego dos Modos e Tempos Verbais

Texto CG1A1-I

Nem mais como tema literário serve ainda esse assunto de seca. Já cansou quem escreve, cansou quem lê e cansou principalmente quem o sofre. Parece mesmo que cansou o próprio Deus Nosso Senhor, pois que afinal, repetindo um gesto sucedido há exatamente um século (o último diz a tradição que foi em 1851), contra todos os cálculos, contra todas as experiências, ultrapassando os otimismo mais alucinados, fez começar um inverno no Nordeste durante a primeira quinzena de abril.

Eu estava lá. Assisti mais uma vez à mágica transformação do deserto em jardim do paraíso. E vendo o céu escurecer bonito, depois de tantos meses de desesperança, os compadres diziam que eu lhes levava o inverno nas malas. O fato é que, durante a viagem de ida, enquanto o “Constellation” da Panair voava por cima do colchão compacto de nuvens carregadas de água, me dava uma vontade desesperada de rebocá-las todas, lá para onde tanta falta faziam, levá-las como rebanho de golfinhos prisioneiros e despejá-las em cheio sobre os serrotes do Quixadá.

Pois choveu. Encheram-se os açudes, as várzeas deram nado, os rios subiram de barreira a barreira.

Mas ninguém espere muito de um inverno assim tardio. Já se agradece de joelhos o pasto aparentemente garantido, o gado salvo. Mas não se espera que haja milho. Talvez feijão, desse precoce que dá em dois meses. E o algodão aguenta, provavelmente. Nada mais.

Rachel de Queiroz. Choveu! (com adaptações).

No terceiro período do segundo parágrafo do texto CG1A1-I, a forma verbal “levava” está flexionada no

- (A) tempo pretérito perfeito do modo indicativo, expressando que a ação de levar acontecia com frequência no passado.
- (B) tempo futuro do modo indicativo, expressando que a ação de levar ainda acontecerá.
- (C) tempo futuro do modo subjuntivo, expressando que há grande probabilidade de que a ação de levar aconteça.
- (D) tempo presente do modo indicativo, expressando que a ação de levar acontece naquele momento.
- (E) tempo pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, expressando que a ação de levar aconteceu anteriormente ao momento em que os compadres viam “o céu escurecer bonito”.

3. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/APOIO ESPECIALIZADO/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Colocação Pronominal

Texto CG1A1

O capitalismo de vigilância é uma mutação do capitalismo da informação, o que nos coloca diante de um desafio civilizacional. As Big Techs — seguidas por outras firmas, laboratórios e governos — usam tecnologias da informação e comunicação (TIC) para expropriar a experiência humana, que se torna matéria-prima processada e mercantilizada como dados comportamentais. O usuário cede gratuitamente as suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos ou, simplesmente, circular em espaços onde as máquinas estão presentes.

A condição para a emergência do capitalismo de vigilância foi a expansão das tecnologias digitais na vida cotidiana, dado o sucesso do modelo de personalização de alguns produtos no início dos anos 2000. No terço final do século XX, estavam criadas as condições para uma terceira modernidade, voltada a valores e expectativas dos indivíduos.

Outras circunstâncias foram ocasionais: o estouro da bolha da internet em 2000 e os ataques terroristas do 11 de setembro. A primeira provocou a retração dos investimentos nas startups, o que levou a Google a explorar comercialmente os dados dos usuários de seus serviços. Para se prevenir contra novos ataques, as autoridades norte-americanas tornaram-se ávidas de programas de monitoramento dos usuários da Internet e se associaram às empresas de tecnologia. Por sua vez, a Google passou a vender dados a empresas de outros setores, criando um mercado de comportamentos futuros. Assim, instaurou-se uma nova divisão do aprendizado entre os que controlam os meios de extração da mais-valia comportamental e os seus destinatários.

Ao se generalizar na sociedade e se aprofundar na vida cotidiana, o capitalismo de vigilância capturou e desviou o efeito democratizador da Internet, que abria a todos o acesso à informação. Ele passou a elaborar instrumentos para modificar e conformar os nossos comportamentos.

Internet: < www.scielo.br > (com adaptações).

Com referência à colocação e ao emprego dos pronomes no **texto CG1A1**, assinale a opção correta.

(A) O pronome “Ele”, no início do segundo período do quarto parágrafo, funciona como elemento de coesão, uma vez que retoma a expressão “o efeito democratizador da Internet”, no período imediatamente anterior.

(B) A próclise empregada em “nos coloca” (primeiro período do primeiro parágrafo) é opcional, de modo que o emprego da ênclise (coloca-nos) também seria correto.

(C) O pronome “seus” (segundo período do terceiro parágrafo) funciona como elemento de coesão e retoma o termo “Google”, no mesmo período.

(D) A correção gramatical do texto seria mantida se o vocábulo “que” (primeiro período do quarto parágrafo) fosse substituído por onde.

(E) O pronome “nossos” em “nossos comportamentos” (segundo período do quarto parágrafo) tem valor demonstrativo.

4. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/FINANÇAS E CONTROLE/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pontuação (Ponto, Vírgula, Travessão, Aspas, Parênteses, etc)

Texto CB1A1

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negatividade da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando.

Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de

INFORMÁTICA

1. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (CBM TO)/CBM TO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Um usuário do Windows 10 recebeu aviso de que seu computador estava com pouco espaço livre para armazenamento e, conseqüentemente, não seria possível instalar atualizações importantes do Windows. Para resolver o problema, o usuário acessou a ferramenta Limpeza de Disco, nativa do Windows 10.

Nessa situação hipotética, a referida ferramenta permitirá

- (A) eliminar arquivos temporários e arquivos do sistema.
- (B) eliminar arquivos temporários da Internet e miniaturas, contudo não será possível eliminar arquivos de programas baixados.
- (C) compactar todos os arquivos da pasta Meus Documentos e eliminar os arquivos da Lixeira.
- (D) mover os arquivos da pasta Meus Documentos para o *drive* externo ou para o diretório correspondente no armazenamento em nuvem pessoal no OneDrive.

2. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (CBM TO)/CBM TO/2023

Assunto: Informática - Windows 10



A imagem precedente mostra parte da tela de um computador em que aparece uma janela do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, sobre a Área de Trabalho do Windows 10.

Assinale a opção que corresponde ao resultado obtido após o usuário clicar no arquivo *edita1_3_selecao_g.pdf*, arrastá-lo e soltá-lo na Área de Trabalho.

(A) O arquivo *edita1_3_selecao_g.pdf* será movido da pasta Downloads, definida como padrão no Chrome, para a Área de Trabalho.

(B) O Windows emitirá uma mensagem de erro, pois não é permitido copiar, diretamente do navegador para a Área de Trabalho, um arquivo objeto de um download.

(C) Uma cópia do arquivo *edita1_3_selecao_g.pdf* será criada na Área de Trabalho.

(D) Um atalho apontando para o arquivo *edita1_3_selecao_g.pdf* será criado na Área de Trabalho.

3. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Se um usuário ligar um computador com Windows e realizar o *login*, a primeira tela apresentada ao usuário será

- (A) o Internet Explorer.
- (B) o Painel de Controle.
- (C) a área de transferência.
- (D) a Área de Trabalho.
- (E) o Explorador de arquivos.

4. CEBRASPE (CESPE) - ANA ADM (AGER MT)/AGER MT/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, a ferramenta que exibe uma lista contendo os componentes de *hardware* conectados ao computador, os quais estão agrupados em categorias, recebe o nome de

- (A) Windows Update.
- (B) Windows Defender.
- (C) Gerenciador de tarefas.
- (D) Gerenciador de dispositivos.
- (E) Configurações de privacidade.

5. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023 INFORMÁTICA - WINDOWS 10

Assinale a opção que indica a ferramenta do Windows utilizada para ajuste de configurações do computador.

- (A) Explorador de Arquivos
- (B) Painel de Controle
- (C) Acessórios do Windows
- (D) Google Chrome

6. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Em um computador com o sistema operacional Windows, caso o Microsoft Office 365 não esteja instalado, o usuário poderá escrever um documento de texto por meio do(a)

- (A) Gerenciador de Tarefas.
- (B) WordPad.
- (C) Windows Media Player.
- (D) Calculadora.

7. CEBRASPE (CESPE) - AG CRIM (POLITEC RO)/POLITEC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, é permitido realizar *backup* em uma unidade externa ou em um local de rede por meio do recurso

- (A) Windows Defender.
- (B) Otimização de Entrega.
- (C) Histórico de Arquivos.
- (D) Otimizador de Unidades.
- (E) Windows Insider.

8. CEBRASPE (CESPE) - DATI POL (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

Na computação, a execução de programas, gerenciamento de memória e de espaço de armazenamento são atribuições do

- (A) sistema operacional.
- (B) navegador web.
- (C) painel de controle.
- (D) explorador de arquivos.
- (E) gerenciador de tarefas.

9. CEBRASPE (CESPE) - DATI POL (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

Ao se compartilhar um arquivo no Windows com outro usuário, por meio da opção de compartilhamento via nuvem pelo OneDrive,

- (A) o arquivo será enviado por *e-mail* como anexo para o usuário.
- (B) um *link* será enviado para o usuário por *e-mail* para acesso ao arquivo do OneDrive.
- (C) o arquivo será enviado para o Google Drive do usuário.

(D) o arquivo será transferido para a nuvem e será apagado da máquina local.

(E) o arquivo ficará disponível para todos os usuários do OneDrive.

10. CEBRASPE (CESPE) - MED LEG (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

Para se ausentar temporariamente de sua estação de trabalho, mantendo seu computador inacessível sem, necessariamente, desligá-lo ou fechar os aplicativos, o usuário, além de configurar o acesso ao Windows com senha, deverá

- (A) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Sair.
- (B) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Gerenciador de Tarefas.
- (C) acionar o botão Iniciar e selecionar a opção Ligar/Desligar, seguida de Reiniciar.
- (D) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Cancelar.
- (E) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Bloquear.

11. CEBRASPE (CESPE) - MED LEG (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

No aplicativo Explorador de Arquivos do Windows, assim como nas caixas de diálogo para seleção de documentos, a tecla que pressionada permite, por meio do mouse, selecionar alternadamente vários arquivos dispostos em uma mesma pasta é

- (A) SHIFT.
- (B) CTRL.
- (C) TAB.
- (D) ALT.
- (E) INSERT.

12. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/ENGENHEIRO CIVIL/COMPLEMENTAR/2022

Assunto: Informática - Windows 10

Um tenente, ao utilizar o Explorador de Arquivos do Windows 10, clicou o botão direito do *mouse* sobre o arquivo *escala_de_serviço.pdf*, armazenado em *C:\CBM_RO\sargenteação*, e selecionou a opção Criar atalho. Considerando-se essa situação hipotética, no que se refere à organização e ao gerenciamento de arquivos e pastas, é **correto** afirmar que

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Uma pesquisa revelou que 45% dos policiais militares de Santa Catarina haviam sido surfistas e, entre esses policiais militares surfistas, 30% deles construíam suas próprias pranchas de surfe.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a porcentagem de policiais militares de Santa Catarina que tinham sido surfistas e que construíram as suas próprias pranchas de surfe é

- (A) inferior a 10%.
- (B) superior a 11% e inferior a 16%.
- (C) superior a 17% e inferior a 21%.
- (D) superior a 21% e inferior a 29%.
- (E) superior a 30%.

2. CEBRASPE (CESPE) - AG CRIM (POLITEC RO)/POLITEC RO/2022

Assunto: Matemática - Porcentagem

Em determinada região onde $\frac{5}{12}$ dos crimes cometidos

anualmente ficam sem solução, novas medidas técnicas foram implementadas no final de 2020, o que

acarretou um aumento percentual de 40% em 2021, em relação ao ano anterior, na quantidade de crimes solucionados. Nessa situação hipotética, se 180 crimes tiverem sido cometidos nessa região no ano de 2021, então a quantidade desses crimes que ficaram sem solução nesse ano foi igual a

- (A) 3.
- (B) 30.
- (C) 33.
- (D) 42.
- (E) 45.

3. CEBRASPE (CESPE) - ESC POL (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Matemática - Porcentagem

Considerando-se que, em determinado processo seletivo, a quantidade de candidatos homens é cinco vezes maior que a de candidatas mulheres, é **correto** afirmar que a porcentagem de candidatas mulheres, em relação ao total de candidatos, é

- (A) inferior a 8%.
- (B) superior ou igual a 18%.
- (C) superior ou igual a 8% e inferior a 11%.
- (D) superior ou igual a 11% e inferior a 15%.
- (E) superior ou igual a 15% e inferior a 18%.

4. CEBRASPE (CESPE) - PROF (JOINVILLE)/PREF JOINVILLE/EDUCAÇÃO INFANTIL/2022

Assunto: Matemática - Porcentagem

As idades de Gabriel, Márcia e Denise somam, hoje, 110 anos. Sabe-se que Denise nasceu 20 anos antes de Gabriel e que, daqui a 22 anos, a idade de Márcia será 25% superior à idade de Gabriel. Nesse caso, a idade de Márcia hoje é igual a

- (A) 10 anos.
- (B) 16 anos.
- (C) 32 anos.
- (D) 38 anos.
- (E) 50 anos.

5. CEBRASPE (CESPE) - AUX (PREF JOINVILLE)/PREF JOINVILLE/EDUCADOR/2022

Assunto: Matemática - Porcentagem

A população de Joinville estimada pelo IBGE em 2021 é de aproximadamente 600.000 habitantes. 40% dessa população, estimada pelo IBGE, está ocupada e 20% da população ocupada recebe menos de meio salário mínimo. Considerando-se as informações apresentadas, é **correto** afirmar que o total de habitantes que estão ocupados e recebem mais de meio salário mínimo é de

- (A) 48.000.
- (B) 120.000.
- (C) 192.000.
- (D) 480.000.
- (E) 240.000.

6. CEBRASPE (CESPE) - AG PM (IBGE)/IBGE/2021

Assunto: Matemática - Porcentagem

Daniel comercializava cada unidade do produto A por R\$ 100 e cada unidade do produto B por R\$ 200. No dia 8/4/2021, Daniel aumentou o preço da unidade do produto A em 10% e o preço da unidade do produto B em 30%. No dia 15/4/2021, pressionado pelos seus clientes,

Daniel reduziu os preços então vigentes, tanto do produto A quanto do produto B, em 20%. Nessa situação, se Ernesto adquiriu de Daniel uma unidade do produto A e uma unidade do produto B no dia 16/4/2021, ele pagou por esses produtos um valor

- (A) inferior a R\$ 300.
- (B) entre R\$ 300 e R\$ 310.
- (C) entre R\$ 311 e R\$ 340.
- (D) entre R\$ 341 e R\$ 350.
- (E) superior a R\$ 350.

7. CEBRASPE (CESPE) - PROF (SEED PR)/SEED PR/MATEMÁTICA/2021

Assunto: Matemática - Porcentagem

Determinada organização pretende lançar um novo produto no mercado de tecnologia, levando em consideração incentivos fiscais para sua área de atuação. Ela planeja produzir 1.200 unidades desse produto, com preço de custo unitário de R\$ 100,00, ao qual será adicionada uma margem de lucro de 20% para a venda.

Desconsiderando eventuais impostos e tributos, assinale a opção que indica o número mínimo de unidades do referido produto que deverá ser vendido para que a empresa tenha uma arrecadação bruta de 10% do capital total investido nesse produto.

- (A) 240
- (B) 200
- (C) 120
- (D) 100
- (E) 80

8. CEBRASPE (CESPE) - PROF (SEED PR)/SEED PR/MATEMÁTICA/2021

Assunto: Matemática - Porcentagem

Texto 6A3-I

A tabela a seguir mostra o valor unitário por ação de determinada empresa na bolsa de valores ao longo de dez dias úteis.

dia	valor de abertura (em R\$)	valor de fechamento (em R\$)
1.º	100,00	90,00
2.º	90,00	110,00
3.º	110,00	121,00
4.º	121,00	120,00
5.º	120,00	144,00
6.º	144,00	160,00
7.º	160,00	194,00

8.º	194,00	180,00
9.º	180,00	160,00
10.º	160,00	140,00

Caso uma pessoa compre ações dessa empresa pelo valor de abertura (VA) e faça a revenda total dessas ações, ao final do mesmo dia, pelo valor de fechamento (VF), o lucro ou o prejuízo percentual diário (LP) poderá ser calculado pela seguinte fórmula, de modo que $LP > 0$ indica lucro e $LP < 0$ indica prejuízo.

$$LP = \frac{VF - VA}{VA}$$

De acordo com as informações apresentadas no texto 6A3-I, é correto afirmar que o maior lucro percentual diário aconteceu no

- (A) segundo dia útil.
- (B) sétimo dia útil.
- (C) sexto dia útil.
- (D) quinto dia útil.
- (E) terceiro dia útil.

9. CEBRASPE (CESPE) - PROF (SEED PR)/SEED PR/MATEMÁTICA/2021

Assunto: Matemática - Porcentagem

A fim de contornar a queda no número de clientes, a direção de determinada pousada decidiu fazer um empréstimo bancário para financiar investimentos em renovação e ampliação dos negócios. O empréstimo foi no valor de R\$ 240.000,00 (capital do empréstimo — CP), financiado em três anos, com prestações mensais de R\$ 8.000,00 cada. O montante dessa transação (MP) corresponde ao valor total pago ao final do empréstimo. Assim, o percentual total de juros pagos pela pousada (JP) é dado pelo quociente a seguir.

$$JP = \frac{MP - CP}{CP}$$

Ao mesmo tempo, um dos gerentes da pousada desejava adquirir um carro novo e, para isso, fez um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 (capital do segundo empréstimo — CG), financiado em cinco anos, com prestações mensais de R\$ 2.000,00 cada. O percentual total de juros pagos pelo gerente (JG) é calculado pelo quociente a seguir, em que MG refere-se ao valor total pago pelo gerente ao final do empréstimo para compra do automóvel.

$$JG = \frac{MG - CG}{CG}$$

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CEBRASPE (CESPE) - PFN (PGFN)/PGFN/2023

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

A respeito de emendas constitucionais, do preâmbulo da CF e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assinale a opção **correta** conforme a jurisprudência do STF e a doutrina constitucional.

- (A) Uma emenda constitucional pode ingressar na ordem constitucional brasileira mesmo que não altere, expressa e textualmente, o preâmbulo, o corpo permanente ou o ADCT da CF.
- (B) O preâmbulo da CF e o ADCT possuem a mesma força jurídica, podem criar direitos e obrigações e constituem parâmetro para o controle de constitucionalidade, motivo pelo qual devem ser reproduzidos nas constituições estaduais.
- (C) A *invocatio Dei* no preâmbulo da CF não é norma de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e nas leis orgânicas do DF e dos municípios, na medida em que enfraquece a laicidade do Estado brasileiro.
- (D) Todas as Constituições Federais, de 1824 a 1988, tiveram preâmbulo e apresentaram ADCT como ato destacado do restante do corpo do texto constitucional.
- (E) Um preâmbulo destina-se, sobretudo, a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, motivo pelo qual não se encontram no preâmbulo da CF disposições com efeitos instantâneos e definitivos, com efeitos diferidos ou com efeitos permanentes.

2. CEBRASPE (CESPE) - SUB PROC (MPCM PA)/TCM PA/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Assinale a opção correta, acerca das concepções do conceito de Constituição.

- (A) A constituição-balanço reflete a concepção culturalista de constituição.
- (B) A constituição biomédica contempla normas que visam a disciplinar o processo de criação, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias científicas, salvaguardando biodireitos.
- (C) A concepção jurídica de constituição, na mesma linha da concepção política, privilegia o fundamento político e afasta elementos sociológicos e filosóficos.
- (D) A constituição plástica não consagra limitações explícitas ao poder de reforma, de modo que seu processo de mudança se subordina à discricionariedade dos órgãos revisores.
- (E) A concepção sociológica relaciona-se aos princípios do direito natural, principalmente no que concerne aos direitos humanos fundamentais.

3. CEBRASPE (CESPE) - ANMUN (PREF MARINGÁ)/PREF MARINGÁ/DIREITO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Assinale a opção que apresenta características da Constituição Federal Brasileira de 1988 quanto a sua origem, conteúdo, modo de elaboração e alterabilidade.

- (A) promulgada, material, dogmática e rígida
- (B) promulgada, formal, dogmática e rígida
- (C) outorgada, material, histórica e semirrígida
- (D) promulgada, formal, histórica e semirrígida
- (E) outorgada, formal, dogmática e flexível

4. CEBRASPE (CESPE) - PMUN (PREF MARINGÁ)/PREF MARINGÁ/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto ao critério ontológico, segundo o qual se procura identificar a correspondência entre a realidade política do Estado e o texto constitucional, as Constituições podem ser divididas em

- (A) rígidas, semirrígidas e flexíveis.
- (B) normativas, nominais ou semânticas.
- (C) escritas e costumeiras.
- (D) promulgadas, outorgadas e pactuadas.
- (E) analíticas e sintéticas.

5. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE SE)/MPE SE/2022

Assunto: Direito Constitucional - Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (Recepção, Repristinação, Desconstitucionalização)

Acerca do direito constitucional intertemporal, julgue os itens a seguir.

I Segundo a teoria da recepção, uma nova Constituição revoga toda a legislação anterior com ela incompatível.

II O fenômeno da desconstitucionalização significa que as normas constitucionais de uma Constituição revogada permanecem no mundo jurídico como normas ordinárias.

III A repristinação não é admitida no direito brasileiro.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item **II** está certo.
- (B) Apenas o item **III** está certo.
- (C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.

- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
 (E) Todos os itens estão certos.

6. CEBRASPE (CESPE) - JD (TJDFT)/TJDFT/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

No que se refere a tratados e convenções a respeito de direitos humanos, assinale a opção **correta**.

- (A) No caso de tratados de direitos humanos que reproduzam direitos já previstos no texto constitucional, há recepção automática de seus preceitos quando da adesão do Brasil.
 (B) No processo de incorporação de tratados de direitos humanos ao direito brasileiro, é necessária a sanção, por parte do presidente da República, do decreto legislativo que tiver sido editado nesse sentido pelo Congresso Nacional.
 (C) Não apenas os tratados mas também convenções internacionais sobre direitos humanos de que o Brasil seja parte podem ser fonte de direitos e garantias constitucionalmente protegidos.
 (D) Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional têm força jurídica equivalente à das emendas constitucionais.
 (E) Devido à aprovação da emenda constitucional que alterou, no artigo 5.º da CF, disposições sobre tratados e convenções a respeito de direitos humanos, os instrumentos internacionais anteriormente assinados pelo Brasil nessa área passaram a vigor com o status de emenda constitucional.

7. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um servidor público do quadro efetivo do tribunal de justiça de determinado estado da Federação formulou pedido administrativo ao setor responsável do órgão, requerendo a concessão de determinada licença prevista legalmente. Após o transcurso de prazo desarrazoado, sem que o seu pedido fosse analisado, o servidor se dirigiu à autoridade competente, argumentando que a administração deveria analisar o seu pleito, pois a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação é garantia constitucional de todos.

Nessa situação hipotética, os argumentos apresentados pelo servidor

- (A) são improcedentes, pois a garantia constitucional da razoável duração do processo é aplicável apenas no âmbito judicial, não alcançando processos administrativos de servidor público.
 (B) são justificados, pois a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação é garantia constitucional expressamente prevista no rol dos direitos e das garantias fundamentais elencados na CF, aplicando-se tanto no âmbito judicial quanto no âmbito administrativo.

(C) justificam-se parcialmente, pois a garantia constitucional da razoável duração do processo se aplica tanto no âmbito administrativo quanto no judicial, mas os meios que garantam a celeridade da tramitação processual não são de responsabilidade da administração pública, devendo ser custeados pelo interessado ou por determinação judicial.

(D) não se justificam, pois não se referem a uma norma constitucional, sendo a garantia da razoável duração do processo prevista em legislação ordinária.

(E) estão em desconformidade com recente emenda constitucional pela qual a garantia da razoável duração do processo foi retirada do rol dos direitos e garantias fundamentais da CF.

8. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção **correta**.

- (A) O direito de resposta assegurado constitucionalmente pela CF é proporcional ao agravo, abarcando os danos materiais e morais advindos da ofensa sem, contudo, abarcar o dano à imagem.
 (B) Em virtude da laicidade do Estado, a CF veda a prestação de assistência religiosa às entidades de interação coletiva, sejam elas civis ou militares.
 (C) O acesso à informação é um direito assegurado a todos, sendo expressamente vedado o sigilo da fonte.
 (D) É possível, nos termos da CF, que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa se, além de se eximir de obrigação legal a todos imposta, também se recusar a cumprir prestação alternativa.
 (E) De acordo com a CF, o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser quebrado em nenhuma hipótese.

9. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um grupo de servidores públicos constituiu, de forma regular e legal, uma associação cujos fins, posteriormente, verificou-se serem ilícitos.

Nessa situação hipotética, a associação somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por

- (A) ato emanado do Poder Executivo.
 (B) ato emanado do Poder Legislativo.
 (C) decisão judicial com trânsito em julgado.
 (D) ato emanado do Poder Executivo e decisão judicial.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/FINANÇAS E CONTROLE/2023

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Quanto às fontes do direito administrativo, assinale a opção **correta**.

- (A) A jurisprudência como fonte do direito administrativo deve ser, em geral, entendida como um conjunto de decisões judiciais em sentido convergente e, no caso de mudança de entendimento, em geral, não deve se aplicar a situações consolidadas.
- (B) Lei como fonte do direito administrativo se refere apenas à lei ordinária, aprovada segundo o processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988 (CF).
- (C) Devido ao seu caráter formal, o direito administrativo apenas aceita fontes escritas.
- (D) Em casos pouco frequentes, costumes administrativos de elevada importância e permanência ao longo do tempo podem derogar normas positivadas.

2. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Em relação aos conceitos e às fontes do direito administrativo, assinale a opção **correta**.

- (A) A expressão *the king can do no wrong* (em português, o rei não pode errar) traduz um fundamento do Estado de direito que remonta à origem do direito administrativo.
- (B) O direito administrativo compreende tanto a proteção da liberdade do cidadão quanto o reconhecimento de prerrogativas e privilégios para a administração pública.
- (C) Um dos efeitos da constitucionalização do direito administrativo é a ampliação do poder discricionário do administrador.
- (D) A doutrina é pacífica acerca da origem autoritária do direito administrativo, que surgiu para proteger interesses econômicos e políticos da burguesia.
- (E) Somente na perspectiva neoconstitucionalista, é possível indicar a Constituição como fonte primária do direito administrativo.

3. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/JURÍDICA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

O Estado é formado pela junção de três elementos originários e indissociáveis, que são

- (A) território, autonomia e Constituição Federal.
- (B) autonomia, povo e governo.
- (C) Constituição Federal, governo e autonomia.
- (D) território, povo e governo.
- (E) povo, Constituição Federal e território.

4. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

5. CEBRASPE (CESPE) - SUB PROC (MPCM PA)/TCM PA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

No direito administrativo brasileiro, o critério de estudo do direito administrativo mais comumente aceito é o(a)

- (A) escola legalista.
- (B) método técnico-científico.
- (C) escola exegética.
- (D) escola empírica ou caótica.
- (E) método jurisprudencial.

6. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Quando empregada para designar os órgãos e entes que desempenham atividade administrativa, a expressão administração pública tem sentido

- (A) subjetivo ou orgânico.
- (B) político.
- (C) funcional.
- (D) objetivo.
- (E) dinâmico ou contemporâneo

7. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

As fontes do direito administrativo brasileiro incluem

I a Constituição Federal.

II a jurisprudência.

III as leis.

IV a doutrina jurídica.

V as normas regulamentares de Estados estrangeiros.

Estão certos apenas os itens

- (A) **I e III.**
- (B) **II e V.**
- (C) **I, IV e V.**
- (D) **I, II, III e IV.**
- (E) **II, III, IV e V.**

8. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/FINANÇAS E CONTROLE/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

Assinale a opção **correta** à luz dos princípios da administração pública.

- (A) Na concretização do princípio da publicidade, a chamada transparência passiva consiste na atividade da administração pública de deixar informações à disposição dos cidadãos potencialmente interessados, em páginas da Internet.
- (B) A inobservância do princípio da moralidade acarreta invalidade jurídica de ato administrativo.
- (C) Em virtude do princípio da isonomia, sempre que constatar diferença de tratamento entre os administrados, a administração pública deverá adotar as providências necessárias para suprimi-la, de ofício ou por provocação do interessado.
- (D) Na atividade administrativa, quando há incidência do princípio da legalidade, afasta-se a discricionariedade da autoridade pública.

9. CEBRASPE (CESPE) - TEC ADM (AGER MT)/AGER MT/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

No que concerne aos princípios da administração pública, assinale a opção **correta**.

- (A) Pelo princípio da autotutela, é possível que a administração revogue seus atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou os anule, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (B) A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê expressamente o princípio da economicidade, com base no qual o administrador público deve aplicar a despesa pública do modo mais econômico.
- (C) Para atender à exigência constitucional do princípio da publicidade, basta que o administrador garanta a publicização de seus atos.
- (D) O princípio da moralidade originou-se da Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da vedação ao nepotismo.
- (E) Toda atividade administrativa deve ser autorizada por lei, conforme preceitua o princípio da legalidade, expresso na Constituição Federal de 1988 (CF).

10. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

No que se refere aos princípios da administração pública, assinale a opção **correta**.

- (A) O princípio da moralidade não pode ser o único fundamento para a anulação de ato administrativo.
- (B) O princípio da impessoalidade determina que a atuação estatal deve sempre perseguir o interesse público.
- (C) O princípio da razoabilidade impõe que a administração pública se aproxime do modelo de eficiência da gestão privada.
- (D) O princípio da publicidade excepciona a aplicação do direito à privacidade do agente público enquanto este exercer seu cargo ou mandato.

11. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

Sabendo que os princípios da administração pública são fundamentais para garantir conduta íntegra e eficiente por seus órgãos, assinale a opção que apresenta uma conduta do servidor público pautada pelo princípio da impessoalidade.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023
Assunto: Direito Penal - Princípio da Legalidade Penal, da Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes

No que concerne ao princípio da legalidade em matéria penal, assinale a opção **correta**.

- (A) O princípio da legalidade, em sua faceta política, cumpre uma função constitutiva em relação às penas ilegais e uma função de garantia em relação às penas legais.
- (B) De acordo com o princípio da reserva legal, um dos consectários do princípio da legalidade em sentido lato, é proibida a incriminação vaga ou indeterminada por tipos que não sejam claros ou precisos.
- (C) A aplicação da pena não observa o princípio da legalidade, mas o da discricionariedade judicial.
- (D) A norma penal em branco invertida é admissível, desde que homogênea.
- (E) Não há normas penais em branco no Código Penal, estando elas presentes apenas na legislação penal extravagante.

2. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC RO)/PC RO/2022
Assunto: Direito Penal - Conflito Aparente de Normas Penais

O cotejo se dá entre fatos concretos, de modo que o mais completo, o inteiro, prevalece sobre a fração. Não há um único fato buscando se abrigar em uma ou outra lei penal caracterizada por notas especializantes, mas uma sucessão de fatos, todos penalmente tipificados, na qual o mais amplo consome o menos amplo, evitando-se que este seja duplamente punido, como parte de um todo e como crime autônomo.

Cleber Masson (com adaptações).

No conflito aparente de normas, o trecho apresentado explica o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) consunção.
- (C) especialidade.
- (D) subsidiariedade.
- (E) alternatividade.

3. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/JURÍDICA/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Territorialidade

Quanto à eficácia espacial da lei penal à luz do princípio da territorialidade, é correto afirmar que a lei penal só tem aplicação no

- (A) Estado que a tenha determinado, independentemente da nacionalidade do agente e do bem jurídico tutelado.
- (B) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, a nacionalidade do sujeito ativo do delito.
- (C) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o espaço geográfico delimitado por fronteiras.
- (D) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o titular do bem jurídico tutelado.
- (E) Estado que a tenha determinado, considerando-se, unicamente, a nacionalidade da vítima.

4. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Territorialidade

Com relação à lei penal no espaço, a legislação brasileira utiliza, em regra, o princípio da

- (A) territorialidade.
- (B) personalidade ativa.
- (C) personalidade passiva.
- (D) justiça cosmopolita.
- (E) defesa.

5. CEBRASPE (CESPE) - AG CRIM (POLITEC RO)/POLITEC RO/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Extraterritorialidade

Segundo o Código Penal, ficará sujeito à lei brasileira, ainda que cometido no estrangeiro, o crime

- (A) praticado em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando ocorrer em território estrangeiro e neste for julgado.
- (B) de genocídio, independentemente da nacionalidade e do domicílio do agente.
- (C) cometido por brasileiro, independentemente de a conduta ser punida também no país em que for praticada.
- (D) contra a administração pública brasileira, ainda que o agente não esteja a seu serviço.
- (E) contra o patrimônio de município brasileiro, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

6. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Desistência Voluntária

Túlio, com intenção de matar Carlos, disparou um projétil de arma de fogo contra ele. Com a vítima já caída no chão, em local ermo e com mais 6 cartuchos no pente da pistola, Túlio decidiu não realizar outros disparos, quando podia fazê-lo para ceifar a vida de Carlos.

Nessa hipótese, nos termos do Código Penal, tem-se o instituto

- (A) do arrependimento posterior.
- (B) do arrependimento eficaz.
- (C) da desistência voluntária.
- (D) do crime impossível.
- (E) do estado de necessidade.

7. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal - Tentativa (Crime)

Admite-se punição para a forma tentada de

- (A) contravenção penal.
- (B) crime habitual.
- (C) crime culposo.
- (D) crime praticado com dolo eventual.
- (E) crime omissivo próprio.

8. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Tentativa (Crime)

É admitida a tentativa

- (A) nos crimes culposos.
- (B) nos crimes omissivos próprios.
- (C) nas contravenções.
- (D) nos crimes plurissubsistentes.
- (E) nos crimes habituais.

9. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC PB)/PC PB/2022

Assunto: Direito Penal - Arrependimento Posterior

Considerando-se a teoria do tipo penal, é **correto** afirmar que

- (A) o arrependimento posterior exige voluntária reparação do dano até o oferecimento da denúncia.
- (B) responde pelo resultado que agrava especialmente a pena o agente que o houver causado, independentemente de dolo ou culpa.
- (C) a pena do agente que agiu voluntariamente será reduzida, no arrependimento eficaz, de um a dois terços.

(D) o agente responde pelos atos já praticados, na hipótese de absoluta impropriedade do objeto que impeça a consumação do crime.

(E) o dever de agir, no crime omissivo, também incumbe a quem não tem obrigação legal, mas, por outro motivo, assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.

10. CEBRASPE (CESPE) - ESC POL (PC PB)/PC PB/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos Gerais da Culpabilidade

Com base na análise da culpabilidade, assinale a opção **correta**.

(A) Exclui-se a culpabilidade do agente que, em virtude de perturbação da saúde mental, não tenha sido inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar conforme o direito.

(B) Segundo a teoria finalista de crime, a exigibilidade de conduta diversa é um elemento subjetivo da culpabilidade, que deve ser analisado, diante do caso concreto, com base na hipótese de o agente poder agir em conformidade com o direito.

(C) O erro mandamental exclui a culpabilidade, se inescusável, uma vez que não se pode exigir conduta diversa do agente que não tem o necessário discernimento para ato.

(D) A embriaguez completa e preordenada isenta o réu de pena, por constituir causa legal de exclusão da culpabilidade.

(E) Incorre em erro de validade o agente que pratica um fato proibido, supondo acreditar que o STF tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei penal incriminadora.

11. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos Gerais da Culpabilidade

A potencial consciência de ilicitude é elemento da

- (A) voluntariedade.
- (B) tipicidade.
- (C) ilicitude.
- (D) punibilidade.
- (E) culpabilidade.

12. CEBRASPE (CESPE) - DP PA/DPE PA/2022

Assunto: Direito Penal - Concurso de Pessoas

Os agentes A e B praticaram um assalto contra a vítima X, que tinha dezessete anos de idade na data do fato. Durante o assalto, A aproveitou-se da situação de coação da vítima X e, contra a vontade desta, com ela praticou conjunção carnal, enquanto B, sabendo da intenção de A, ficou vigiando o local, sem, entretanto, assistir ao ato sexual.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Assinale a opção que apresenta o princípio norteador do processo penal abordado, precipuamente, pelo brocardo *audiatur et altera pars*.

- (A) princípio do contraditório
- (B) princípio da oralidade
- (C) princípio da publicidade
- (D) princípio da não autoincriminação
- (E) princípio da presunção da inocência

2. CEBRASPE - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

No que diz respeito aos princípios, aos sistemas e às normas processuais penais, julgue os itens a seguir.

I A decisão que, sem a oitiva prévia da defesa, determina a transferência ou a permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal viola os princípios do contraditório e do devido processo.

II No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a aplicação da lei processual penal rege-se pelo princípio do *tempus regit actum*.

III Segundo a doutrina majoritária, o sistema inquisitório é caracterizado pela presença de partes distintas (*actum trium personarum*), contrapondo-se acusação e defesa em igualdade de condições, sobrepondo-se a ambas um juiz equidistante e imparcial.

IV A lei processual penal brasileira veda a adoção das regras de hermenêutica jurídica *ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio* (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir) e *ubi eadem ratio ibi idem jus* (onde há o mesmo fundamento, há o mesmo direito).

Assinale a opção correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item **II** está certo.
- (C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
- (D) Apenas os itens **III** e **IV** estão certos.
- (E) Apenas os itens **I**, **III** e **IV** estão certos.

3. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Assinale a opção correta acerca do processo penal constitucional.

- (A) Ninguém será considerado culpado até o seu julgamento em segunda instância.
- (B) Permite-se, excepcionalmente, a criação de juízo ou de tribunal especial para julgar crimes graves.
- (C) O princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas será afastado quando a prova, ainda que obtida por meios ilícitos, for absolutamente necessária para estabelecer a verdade real dos fatos.
- (D) O princípio do contraditório constitui corolário do devido processo legal.
- (E) Por força do princípio da intranscendência, é terminantemente vedado estender aos sucessores do condenado a obrigação de reparar o dano por ele causado.

4. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando-se os sistemas processuais, é correto afirmar que uma das características do sistema acusatório é

- (A) a separação das funções de acusar, defender e julgar, ficando cada qual a cargo de uma pessoa distinta.
- (B) a existência, em regra, de decisões sigilosas.
- (C) o reconhecimento do réu como objeto de direito.
- (D) a neutralidade do juiz.
- (E) a iniciativa probatória de ofício.

5. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Segundo o princípio de vedação da autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), o acusado

- (A) é obrigado a fornecer padrões vocais necessários para subsidiar prova pericial de verificação de interlocutor.
- (B) é obrigado a fornecer material para exame grafotécnico, para fins de reconhecimento de escritos por comparação de letra.
- (C) é obrigado a participar da reconstituição do crime a ele imputado.

- (D) não pode mentir, sob pena de perjúrio.
 (E) tem direito ao silêncio, o que não implica direito de falsear a verdade quanto à identidade pessoal.

6. CEBRASPE - PJ (MPE AC)/MPE AC/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando o princípio da congruência no processo penal, assinale a opção correta.

- (A) As regras de emendatio *libelli* e *mutatio libelli* não se aplicam às qualificadoras, devendo tais normas ser adotadas apenas no que se refere às circunstâncias elementares do tipo penal base.
 (B) O juízo competente deve ser definido de acordo com o pedido feito pelo *dominus litis*.
 (C) O oferecimento da ação penal que implique tipo penal diverso do correto resulta, por si só, na possibilidade de rejeição da denúncia.
 (D) O tribunal de justiça pode realizar eventual *mutatio libelli*, caso verifique a necessidade de uma nova definição jurídica ao fato delituoso, em razão de circunstância elementar não narrada na denúncia.
 (E) Caso o juiz julgue necessária uma nova definição jurídica do fato, sendo aplicada, assim, pena mais grave, sem que haja, entretanto, modificação da descrição do fato narrado na denúncia, poderá ele proferir decisão sem precisar abrir vista para manifestação da defesa.

7. CEBRASPE - JE TJMA/TJ MA/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Em relação aos sistemas processuais penais e aos seus princípios reitores, assinale a opção correta.

- (A) A efetividade da repressão criminal do sistema acusatório cabe especialmente ao órgão julgador, responsável pela aplicação da pena no caso concreto.
 (B) No sistema acusatório, o legislador admite que a imparcialidade judicial esteja comprometida com um objetivo considerado mais importante.
 (C) O modelo ideal de sistema acusatório é previsto em instrumento normativo internacional, a partir de critérios uniformes definidos pela doutrina processual.
 (D) A crítica ao sistema inquisitivo está relacionada à sua falta de rigor quanto à certeza de repressão dos fatos contrários à ordem social.
 (E) A decisão sobre o sistema que deverá ser implantado em determinado país pressupõe uma definição prévia, por parte do legislador, de alguns critérios de política criminal, entre os quais está o grau de eficiência da repressão.

8. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção correta.

- (A) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.
 (B) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.
 (C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.
 (D) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.
 (E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

9. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

João praticou um crime em 4/4/2020. Em 21/7/2021, foi oferecida ação penal, tendo a condenação sido proferida em 15/2/2022. Antes do julgamento do recurso de apelação, interposto em 10/5/2022, entrou em vigor alteração legislativa estritamente processual, que alterava todo o regramento sobre a matéria na primeira instância, trazendo benefícios para o acusado, mas prejuízo em outros aspectos. Na situação hipotética apresentada, a nova lei processual

- (A) deve ser aplicada ao caso, limitando-se aos dispositivos que trouxerem benefícios ao acusado.
 (B) deve ser aplicada ao caso, uma vez que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.
 (C) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que se aplica desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
 (D) pode ou não ser aplicada ao caso, a depender de manifestação expressa do acusado.
 (E) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que parte da lei poderá trazer prejuízo ao acusado.

10. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a opção correta.

- (A) Nova lei processual penal, mesmo que favorável ao agente de crime, é aplicável aos fatos anteriores a ela, ainda que já haja decisão a respeito desses fatos em sentença condenatória transitada em julgado.
 (B) Nova lei processual penal tem aplicação imediata em processos que já estejam em andamento.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

1. CEBRASPE - JD (TJDFT)/TJDFT/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Considerando-se a distinção entre crime comum e crime militar, é **correto** afirmar que ocorre crime comum no caso de

- (A) um civil cometer roubo de valores pertencentes a empresa privada depositados em posto do Banco do Brasil situado em área sob a administração militar.
- (B) um civil, fora de lugar sujeito à administração militar, praticar crime contra militar que esteja no desempenho de serviço de vigilância por determinação legal superior.
- (C) um militar integrante da reserva remunerada ter cometido descaminho e, no momento de abordagem policial realizada por militares, apresentar-se como policial militar e exibir carteira funcional para evitar revista do seu automóvel.
- (D) um policial militar exigir vantagem indevida de um civil, em função de abordagem de rotina realizada em veículo cuja documentação esteja irregular.
- (E) um civil praticar crime contra as instituições militares e contra o patrimônio sob a administrativa militar, seja em tempo de guerra, seja em tempo de paz.

2. CEBRASPE - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Conforme a lei penal militar, consideram-se crimes militares em tempo de paz

I os definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o sujeito ativo seja militar, salvo disposição especial.

II os que, embora também estejam previstos com igual definição na lei penal comum, forem praticados por militar em situação de inatividade contra militar na mesma situação.

III os que forem dolosos contra a vida e praticados por militares das Forças Armadas contra civil no contexto de cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.

- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Apenas os itens II e III estão certos.

3. CEBRASPE - OF (PM RO)/PM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Assinale a opção em que a conduta correspondente a um tipo penal determinado será considerada crime militar, conforme a lei penal castrense.

- (A) Civil que furta material bélico de batalhão de polícia militar.
- (B) Cabo fardado, porém fora de serviço, que agride verbalmente esposa civil em sua residência.
- (C) Capitão que, na função de professor de instituição de ensino superior privada, comete assédio sexual contra estudante.
- (D) Sargento que, valendo-se da condição de policial militar, integra organização criminosa, ainda que o crime esteja previsto em lei penal comum.
- (E) Soldado com porte de drogas ilícitas para consumo pessoal em sua residência

4. CEBRASPE - OF (PM RO)/PM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Acerca do tempo e do local do crime na lei penal militar, são adotadas, respectivamente, as teorias

- (A) da atividade e do resultado.
- (B) da atividade e da ubiquidade.
- (C) da ubiquidade e do resultado.
- (D) do resultado e da ubiquidade.
- (E) do resultado e da atividade.

5. CEBRASPE - OF (PM RO)/PM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Caso hipotético 1A06-II

No curso de determinada investigação hipotética, foram coletadas informações acerca das condutas criminosas a seguir descritas. Os cabos Loureiro e Moura, junto ao sargento Plínio, atuavam costumeiramente em patrulha ostensiva e davam enfoque à criminalidade de drogas. Em algumas situações —sem autorização judicial

e sem conhecimento dos superiores imediatos —, parte das drogas apreendidas nas ocorrências não era registrada em auto de apreensão e apresentação no auto de prisão em flagrante delito ou no inquérito policial, pois seriam utilizadas pelo grupo como recurso de pagamento a informantes, que eram também traficantes de drogas na região e que se utilizavam de informações privilegiadas sobre a distribuição de drogas na cidade para “entregar concorrentes” à polícia.

Considerando-se a situação hipotética 1A06-II, após diligências diversas, inclusive o cumprimento de mandados de busca e apreensão tanto no alojamento de cabos e soldados como também nas residências dos envolvidos, ficou constatado que o grupo utilizava o armário do cabo Loureiro para ter, em depósito, as drogas das operações ilegais e que o sargento Plínio, sem indício de participação dos cabos, utilizava sua própria residência para guardar as drogas da mesma fonte criminosa e repassá-las a outros traficantes para revendê-las. Nesse contexto,

- (A) apenas o sargento Plínio comete crime, e os cabos Loureiro e Moura agem no estrito cumprimento do dever legal de reprimir a criminalidade de drogas da região.
- (B) aos cabos Loureiro e Moura, o juiz, considerando a gravidade das condutas, poderá aplicar, analogicamente, o tipo penal do tráfico de drogas da lei penal militar combinado com a pena do crime de tráfico da lei penal comum, haja vista que essa é mais gravosa que aquela.
- (C) tratando-se de crime de autoria coletiva necessária, o líder será o superior, no caso, o sargento Plínio, independentemente de exercer liderança de fato ou não.
- (D) os cabos Loureiro e Moura responderão pelo crime de tráfico de drogas previsto na lei penal militar e o sargento Plínio responderá tanto pelo crime de tráfico de drogas previsto na lei comum quanto pelo crime conforme a lei militar.
- (E) acolhida eventual tese defensiva do cabo Loureiro de que as drogas, em seu armário do alojamento, eram para consumo pessoal, o tipo penal passaria a ser o crime de porte para consumo pessoal da lei penal comum.

6. CEBRASPE - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Na aplicação da lei penal militar, o Código Penal Militar adota a teoria

- (A) da ubiquidade, pela qual se considera praticado o crime comissivo no lugar onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e onde o resultado se produziu ou deveria produzir-se.
- (B) da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no lugar onde foi realizada a ação criminosa ou, no caso de crime omissivo, onde deveria realizar-se a ação omitida.

(C) mista do lugar do crime, já que se aplica a teoria da ubiquidade aos crimes omissivos e se aplica a teoria da atividade aos crimes comissivos.

(D) da extraterritorialidade, uma vez que se aplica a legislação nacional quando o crime é praticado por brasileiro fora do território nacional, desde que o agente não tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

(E) da territorialidade, pois se aplica a legislação brasileira aos crimes praticados por militar fora do território nacional em tempo de paz, desde que existam convenções ou tratados de direito internacional.

7. CEBRASPE - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Segundo entendimento da doutrina e do STM, consideram-se crimes militares em tempos de paz, consoante o CPM, aqueles

I praticados por militar em situação assemelhada à da atividade militar, contra civil na situação também assemelhada à de militar, fora de local sujeito à administração militar.

II praticados por civil contra as instituições militares, incluindo-se os crimes contra militar em função de natureza militar, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar.

III praticados por militar em situação de atividade, em lugar sujeito à administração militar, contra militar reformado ou civil.

IV praticados por agente e vítima militares, em lugar de administração militar, mesmo que eles desconheçam a condição um do outro.

V praticados por militar da reserva, excluindo-se o civil ou o militar reformado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV
- (E) II, IV e V.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Lei Processual Penal Militar e sua Aplicação (arts. 1º a 6º do CPPM)

No que se refere à aplicação e à interpretação do Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a opção correta.

- (A) Havendo divergência entre norma do CPPM e tratado internacional de que o Brasil seja signatário, prevalecerá a primeira, em observância aos princípios da hierarquia e da disciplina militares.
- (B) É permitida interpretação extensiva da norma processual penal militar, ainda que essa interpretação enseje cerceamento à defesa do acusado.
- (C) Admite-se interpretação restritiva quando for manifesta a amplitude demasiada da lei, salvo quando tal interpretação buscar impedir a marcha natural do processo, especialmente em sua fase inicial.
- (D) A lei processual penal comum é complementar à lei especial militar, devendo ambas ser aplicadas simultaneamente, quando coerentes, ou segundo o critério de razoabilidade do julgador, quando omissas.
- (E) Diante de omissão legislativa, o intérprete poderá recorrer à jurisprudência ou aos costumes militares, mas não à analogia.

2. CEBRASPE (CESPE) - JA (STM)/STM/2013

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Lei Processual Penal Militar e sua Aplicação (arts. 1º a 6º do CPPM)

Acerca da lei de processo penal, da polícia judiciária, do inquérito policial e da ação penal no âmbito militar, assinale a opção correta.

- (A) Os inquéritos policiais militares regularmente arquivados podem ser desarquivados, conforme as hipóteses expressamente previstas no CPPM, a pedido do MPM.
- (B) A lei processual penal militar pode ser interpretada extensiva ou restritivamente, e, ainda, ser suprida pela legislação de processo penal comum, sem prejuízo da índole do processo penal militar, mesmo que resulte em situação mais gravosa ao acusado.
- (C) Admite-se a delegação do exercício da atividade da polícia judiciária militar a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado, atendidos hierarquia e comando, entre outras normas; em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá a referida delegação recair em oficial de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.

(D) É atribuição da polícia judiciária militar a investigação de crimes comuns ocorridos no interior das vilas militares.

(E) O CPPM prevê a possibilidade de afastamento do encarregado do IPM sob o fundamento de suspeição, de modo que se preservem a hierarquia e a disciplina.

3. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE ES)/MPE ES/2010

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Lei Processual Penal Militar e sua Aplicação (arts. 1º a 6º do CPPM)

Com base no direito processual penal militar, assinale a opção correta.

- (A) Segundo a lei processual penal militar, o princípio da imediatidade é aplicado aos processos cuja tramitação esteja em curso, ressalvados os atos praticados na forma da lei processual anterior. Caso a norma processual penal militar posterior seja, de qualquer forma, mais favorável ao réu, deverá retroagir, ainda que a sentença penal condenatória tenha transitado em julgado.
- (B) O CPPM dispõe expressamente a aplicação de suas normas, em casos específicos, fora do território nacional ou em lugar de extraterritorialidade brasileira. Nesse ponto, o CPPM difere do CPP.
- (C) O sistema processual penal castrense veda, em qualquer hipótese, o emprego da interpretação extensiva e da interpretação não literal.
- (D) Se, na aplicação da lei processual penal militar a caso concreto, houver divergência entre essa norma e os dispositivos constantes em convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerá a regra especial da primeira, salvo em matéria de direitos humanos.
- (E) Os casos omissos na lei processual penal militar serão supridos pelo direito processual penal comum, sem prejuízo da peculiaridade do processo penal castrense. Nesses casos, o CPPM impõe que haja a declaração expressa de omissão pela corte militar competente, com quorum qualificado.

4. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

No que concerne à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar (IPM), assinale a opção correta.

- (A) Convencida da inexistência de crime, a autoridade policial militar ordenará o arquivamento do IPM, desde que ausentes quaisquer diligências sujeitas à autorização ou à comunicação judicial no caderno de investigação.

(B) É vedada a participação de advogado nas diligências probatórias da fase policial, salvo nos IPM que versem sobre crimes dolosos contra a vida.

(C) A instauração de IPM é feita por meio de portaria, exigindo-se da autoridade responsável o grau de bacharel em direito.

(D) A abertura de sindicância não poderá ser simultânea à instauração de IPM quando os fatos forem os mesmos.

(E) A sindicância suficientemente instruída poderá substituir o IPM quando da proposição de denúncia pelo Ministério Público.

5. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COM-BATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

O encarregado pelo IPM aberto para investigar conduta de militar estadual em fato relacionado a uso de força letal praticado no exercício profissional deverá

(A) dar publicidade ampla ao IPM, conforme os princípios gerais da administração pública.

(B) arquivar o IPM quando as diligências indicarem categoricamente a presença de excludente de ilicitude.

(C) garantir a incomunicabilidade do indiciado, mas facultar-lhe consulta com advogado a partir do terceiro dia do indiciamento.

(D) citar o investigado e dar-lhe ciência do direito de nomear defensor.

(E) dispensar o relatório quando houver sido deferida a prorrogação de prazo para a conclusão do procedimento investigativo.

6. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COM-BATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

O IPM é o principal instrumento para a coleta de provas e de indícios aptos a subsidiar a *opinio delicti* do Ministério Público, mas poderá ser dispensado

(A) nos crimes em que for cabível a menagem.

(B) nos crimes dolosos contra a vida praticados no exercício profissional.

(C) nos crimes contra a honra, desde que o autor já esteja identificado e que esses crimes tenham sido praticados por escrito ou publicação.

(D) quando já tiver sido aplicada punição administrativa ao investigado.

(E) em caso de confissão circunstanciada do investigado.

7. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COM-BATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

Tendo em vista que a lei processual militar autoriza a determinação de perícia pela autoridade policial militar, julgue os itens a seguir, relativos a perícias e exames.

I É facultado ao indiciado formular quesitos aos peritos em inquérito.

II O encarregado pelo IPM poderá requisitar exames da polícia civil ou de repartições técnicas civis.

III Em face de divergência entre peritos ou de omissão a quesito no laudo, o encarregado pelo inquérito, de ofício, deverá suprir a sua complementação e indicar, fundamentadamente, a posição prevalecente.

IV A realização de perícia em local sujeito à administração militar deve ser precedida de comunicação ao respectivo comandante, mas essa exigência é inaplicável à perícia em repartições civis.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) II, III e IV.

8. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE ES)/MPE ES/2010

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

Assinale a opção **correta** acerca do IPM.

(A) O CPPM e o procedimento investigativo pré-processual comum tratam do arquivamento de IPM de forma distinta, uma vez que o CPPM prescreve hipóteses taxativas de arquivamento e disciplina expressamente as possibilidades de arquivamento implícito e de ofício de autoridade judiciária militar.

(B) As medidas preliminares previstas para o IPM são taxativas e devem ser todas cumpridas, em qualquer caso e circunstância, na sua integralidade, sob pena de ofensa ao princípio constitucional do devido processo legal.

(C) Na tramitação de IPM, assegura a norma de regência, de forma peculiar e garantidora, o direito do investigado de ser ouvido apenas na presença do advogado por ele próprio indicado ou de ser assistido por defensor público.

(D) No sistema processual castrense, não há previsão para o juiz requisitar a instauração de IPM, entendendo a doutrina e a jurisprudência ser vedado ao juiz requisitar ou ordenar a instauração de procedimento investigativo.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

1. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

Acerca dos marcos normativos e das políticas que orientam a atuação do Brasil no combate ao racismo, assinale a opção **correta**.

- (A) As ações afirmativas adotadas pelo Estado brasileiro para combater o racismo e promover a igualdade racial encontram-se em consonância com normatizações e convenções internacionais a respeito da eliminação da discriminação racial, de forma a produzir uma real alteração no quadro de iniquidades sociais que assolam o Brasil.
- (B) O Estado democrático de direito ainda não deve propor ações concretas para a solução do problema da discriminação, pois carece de dados estatísticos, pesquisas e estudos mais aprofundados a respeito dos problemas advindos da escravidão e do racismo, impregnados na sociedade brasileira.
- (C) O Estado brasileiro adotou as medidas necessárias para eliminar o racismo e evitou a perpetuação da pobreza e do racismo entre as gerações.
- (D) Não é escopo da atuação do Ministério Público garantir efetividade aos comandos constitucionais e legais no que se refere à promoção da igualdade racial, pois esta é uma atribuição do Poder Executivo, ao instituir políticas de ações afirmativas e mecanismos para combater a fraude às cotas, por exemplo.
- (E) Os grupos de mulheres e de negros são numericamente majoritários em quase todos os estados brasileiros, mas o combate às discriminações racial e de gênero não é uma das principais demandas sociais a serem enfrentadas pelas instituições no país.

2. CEBRASPE (CESPE) - DP PA/DPE PA/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

Na situação em que o agente pratica discriminação racial em meio de comunicação social, tem-se um exemplo de

- (A) causa de aumento de pena.
- (B) qualificadora.
- (C) causa de diminuição de pena.
- (D) agravante.
- (E) circunstância sem previsão legal, razão porque deverá ser avaliada na pena-base.

3. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLII, previu que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” e que a Lei nº 7.716/1989, por sua vez, definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os próximos itens.

I Embora a Constituição Federal tenha previsto que o crime de racismo seja inafiançável, é possível a concessão de liberdade provisória sem fiança, em caso de prisão em flagrante.

II A Lei nº 7.716/1989 prevê que serão punidos os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de religião.

III Dada a relevância do bem jurídico tutelado, constitui efeito da condenação a perda automática do cargo ou função pública, para o servidor público que tenha praticado, no exercício de sua função, algum dos delitos previstos na Lei nº 7.716/1989.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

4. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

Quanto às disposições da Lei nº 7.716/1989, que trata dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, julgue os próximos itens.

I Os crimes definidos na referida lei admitem também a forma culposa.

II A suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de três meses constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor praticado por seu responsável.

III Constitui crime o acesso ou recusa atendimento de alguém em estabelecimentos esportivos, casas de diversões ou clubes sociais, ainda que não abertos ao público.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

5. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC PB)/PC PB/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

No que concerne às disposições estabelecidas na Lei n.º 7.716/1989 e decisões do STF acerca dos crimes nela previstos, assinale a opção **correta**.

- (A) Em decorrência de vedação constitucional, não será concedida liberdade provisória aos presos em flagrante por prática de racismo, com ou sem fiança.
- (B) Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, se preenchidos os requisitos do Código Penal.
- (C) Se os crimes previstos nesse dispositivo legal forem praticados por servidor público no exercício de suas funções, a perda do cargo é efeito automático da condenação.
- (D) O crime de racismo é imprescritível e punido com reclusão, devendo as condenações decorrentes de sua prática ser cumpridas em regime inicialmente fechado.
- (E) O conceito de racismo, segundo os tribunais superiores, não engloba condutas homofóbicas, dada a inexistência de previsão legal nesse sentido.

6. CEBRASPE (CESPE) - AG INV (PC PB)/PC PB/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

Assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 7.716/1989.

- (A) O crime descrito no art. 20 dessa lei independe de elemento subjetivo especial (especial fim de agir) consistente na finalidade de menosprezar ou discriminar a vítima.
- (B) É constitucional a proibição à celebração de contrato de sociedade empresária com a administração pública, com base na condenação de diretor, gerente ou empregado por crime de racismo.
- (C) O crime de racismo é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (D) No caso de o crime descrito no art. 20 ser praticado por intermédio de meios de comunicação social, o juiz, ouvido o Ministério Público, pode determinar de ofício a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.
- (E) Em caso de condenação de servidor público por crime de racismo, é efeito automático da condenação a perda do cargo ou da função pública.

7. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 8.069/1990 - (Dos Crimes - ECA, arts. 225 ao 244-B)

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referentes aos crimes praticados contra criança e adolescente, julgue os seguintes itens.

I A conduta de fotografar cena pornográfica que envolva adolescente tipifica crime punido com pena de detenção.

II Oferecer recompensa para recebimento de filho de outrem configura crime inafiançável e imprescritível.

III O mero armazenamento de cena de sexo explícito que envolva criança ou adolescente não configura crime.

Assinale a opção correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.

8. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 8.069/1990 - (Dos Crimes - ECA, arts. 225 ao 244-B)

É crime previsto no ECA

- (A) entregar, gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente.
- (B) conduzir, sem prévia autorização judicial, criança ou adolescente para visita ao pai preso em estabelecimento prisional.
- (C) entregar a criança fogos de estampido ou de artifício, ainda que incapazes de provocar-lhe dano físico.
- (D) levar criança a culto religioso promovido em logradouros públicos.

9. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE TO)/MPE TO/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 8.069/1990 - (Dos Crimes - ECA, arts. 225 ao 244-B)

Aos crimes praticados contra criança ou adolescente, por ação ou omissão, aplicam-se

- (A) as normas dispostas no ECA, também aplicáveis ao processo.
- (B) as normas da Parte Especial do ECA e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.
- (C) as normas da Parte Geral do ECA e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.
- (D) as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.
- (E) as normas da Parte Especial do ECA, também aplicáveis ao processo.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. CEBRASPE - PROC (PGE RO)/PGE RO/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Acerca de universalismo e relativismo cultural em questões de globalização e direitos humanos, assinale a opção **correta**.

- (A) A globalização conduz inevitavelmente a uma concepção universalista dos direitos humanos.
- (B) A ideia do relativismo cultural surgiu com as primeiras declarações de direitos.
- (C) O universalismo na temática de direitos humanos é contestado pelos países ocidentais, que alegam diferenças culturais face ao mundo islâmico.
- (D) Segundo a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, os direitos humanos das mulheres somente podem ser garantidos em um contexto de relativismo cultural.
- (E) Boaventura de Sousa Santos propõe uma superação do debate sobre universalismo e relativismo a partir de uma concepção multicultural dos direitos humanos.

2. CEBRASPE - PJ (MPE AC)/MPE AC/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Assinale a opção correta com referência ao direito das vítimas.

- (A) O termo instituições de garantia, nas quais se enquadra o Ministério Público — referência feita por Luigi Ferrajoli —, é fruto das chamadas Constituições de segunda geração, como a Constituição Portuguesa de 1976.
- (B) O garantismo hiperbólico é uma consequência da racionalidade do garantismo monocular, que, por sua vez, acarreta uma proteção sistêmica.
- (C) O garantismo penal se confunde com o legalismo, porque ambas as teorias estão calcadas no Estado Democrático de Direito.
- (D) O garantismo penal evoluiu para uma visão integral, protegendo, além dos direitos individuais, também direitos sociais e coletivos, bem como os deveres, nos quais se insere, além do dever de investigar, processar e punir, também o direito das vítimas.
- (E) A visão atual de garantismo penal, a partir da ideia de instituições de garantia, é a de que existe mais de um garantismo: o garantismo do delinquente, calcado no status libertatis; e o garantismo das vítimas, fundamentado na prevenção da pena.

3. CEBRASPE - PROC (PGE PA)/PGE PA/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

A cada grande surto de violência, os homens recuam, horrorizados, à vista da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos; e o remorso pelas torturas, as mutilações em massa, os massacres coletivos e as explorações aviltantes fazem nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de uma vida mais digna para todos.

Fábio Konder Comparato. A afirmação histórica dos direitos humanos.

3.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 37 (com adaptações).

Considerando a perspectiva acerca dos direitos humanos adotada no texto apresentado, assinale a opção **correta**.

- (A) Os direitos humanos surgem de uma atuação positiva do Estado, com a criação de novas regras para a dignidade humana.
- (B) Os direitos humanos decorrem de um acordo de vontades de pessoas autônomas e esclarecidas.
- (C) Os direitos humanos são antecedidos, na sua origem, pelas grandes descobertas científicas ou invenções técnicas.
- (D) Os direitos humanos possuem uma dimensão ética, e a análise das suas diferentes etapas de afirmação pauta-se na compreensão histórica desses direitos.
- (E) Os direitos humanos têm natureza religiosa, uma vez que o ser humano, confrontado com o mal e o pecado, com a dor física e espiritual, procura, por meio do direito, uma vida mais digna e repleta de paz.

4. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

Assunto: Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Integra o Sistema de Monitoramento de Direitos Humanos das Nações Unidas o(a)

- I Comitê de Direitos Humanos.
- II Comitê contra a Tortura.
- III Comissão de Direitos Humanos.
- IV Subcomitê contra a Tortura.
- V Conselho de Direitos Humanos.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I, III e V estão certos.
- (B) Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.

- (D) Apenas os itens **II, III, IV e V** estão certos.
 (E) Todos os itens estão certos.

5. CEBRASPE - DP RO/DPE RO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de

- (A) perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
 (B) desrespeito ao direito à liberdade de expressão.
 (C) prática reiterada de atos contrários aos princípios da democracia.
 (D) prática de atos contrários aos objetivos do Estado de direito.
 (E) ataque contra quem ameaça de forma ilegítima a democracia.

6. CEBRASPE - DP PI/DPE PI/2022

Assunto: Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Acerca do sistema onusiano de proteção dos direitos humanos (universal ou global), assinale a opção correta.

- (A) Em 2006, a Comissão de Direitos Humanos foi substituída pelo Comitê de Direitos Humanos.
 (B) O Conselho de Direitos Humanos é órgão vinculado à Assembleia Geral das Nações Unidas, porém goza de maior autonomia que a Comissão de Direitos Humanos.
 (C) Um dos mecanismos mais importantes de monitoramento dos direitos humanos no sistema universal é a revisão periódica universal (RPU), fundada no *peer review* no âmbito do Comitê de Direitos Humanos.
 (D) O Comitê de Direitos Humanos é órgão vinculado ao Pacto de Direitos Civis e Políticos e ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que compõem o chamado *bill of rights*.
 (E) Igualmente ao sistema interamericano, o sistema global de proteção dos direitos humanos prevê a existência de uma corte que será responsável pela apreciação de petições individuais e estatais e, enquanto esta não for criada, tal função será exercida pela Corte Internacional de Justiça.

7. CEBRASPE - DP PI/DPE PI/2022

Assunto: Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Considerando o sistema global de proteção dos direitos humanos e os instrumentos normativos internacionais, assinale a opção correta.

- (A) Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o direito internacional dos direitos humanos passou por um processo de institucionalização gradativa do sistema protetivo, que resultou na

ocupação, pelos organismos internacionais, do papel primário de proteção dos direitos humanos e no reposicionamento dos Estados a um papel secundário e complementar nessa tarefa.

(B) A Carta das Nações Unidas, à época de sua elaboração, não determinou o conceito de direitos humanos e liberdades fundamentais, devido à intenção da organização de permitir que os Estados-membros dessem, posteriormente, uma concreta definição para tais expressões a partir de suas restrições culturais e particularidades legislativas.

(C) Em consideração ao princípio interpretativo das convenções sobre direitos humanos, os Estados nacionais podem ampliar a proteção dos direitos humanos em seus sistemas domésticos, por meio do princípio *pro personae*, interpretando os tratados e as sentenças internacionais da maneira mais favorável possível àquele cujos direitos tenham sido violados.

(D) Por conta da necessidade de manter a paz e a segurança internacionais, a Carta das Nações Unidas preceitua a eliminação total do uso da força e da intervenção em assuntos internos que dependam essencialmente da jurisdição dos Estados nacionais.

(E) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o principal documento do sistema global de proteção dos direitos humanos editado pela Organização das Nações Unidas, sendo formal e materialmente obrigatória em razão de tratar da opinião juris construída pela comunidade internacional ao longo do tempo.

8. CEBRASPE - PPE (SERES PE)/SERES PE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

É um direito expressamente previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos

- (A) a instituição do júri, com o sigilo de suas votações.
 (B) a inexistência de pena de caráter perpétuo.
 (C) a submissão de preso a tribunal de exceção.
 (D) o direito a não ser preso, detido ou exilado arbitrariamente.
 (E) o recebimento da informação do direito ao silêncio, em caso de prisão.

9. CEBRASPE - JE TJMA/TJ MA/2022

Assunto: Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Os direitos sociais expressamente previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) incluem

- I** a organização sindical.
II férias remuneradas periódicas.
III proteção em face da automação.
IV limitação razoável das horas de trabalho.
V proteção contra o desemprego.

Estão certos apenas os itens

- (A) **I, III e IV.**
 (B) **II e III.**
 (C) **III, IV e V.**